

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Central S.A.
Anápolis – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de ativos relacionados a infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa 5.9.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado determinados ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão da Companhia, incluindo vagões, locomotivas, via permanente, obras em andamento e infraestrutura ferroviária e portuária, que somam R\$1.743.303 mil. Os montantes aplicados nos ativos relacionados à infraestrutura da concessão são significativos e essenciais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$905.907 mil de adições de custos nesses ativos de infraestrutura da concessão.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido ao montante envolvido, relevância das adições no período, e risco de que tais ativos sejam indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados para determinar a aplicabilidade da capitalização; ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados; iii) testes extensivos por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras; iv) acompanhamento do andamento das obras por meio de inspeções físicas *in loco*; v) avaliação das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; e vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos nas adições no ativo imobilizado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização desses ativos de infraestrutura de concessão preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.9.1, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa 5.10 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos referem-se a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e/ou diferenças temporárias. A estimativa do provável lucro tributável futuro é baseada em julgamentos subjetivos sobre premissas prospectivas, tais como volume transportado, custos operacionais, despesas administrativas e é registrada na medida em que a Companhia considera provável a geração de lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos fiscais diferidos serão realizados.



O valor recuperável do ativo fiscal diferido reconhecido pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) o entendimento geral do ambiente de controles internos relacionados a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros; (ii) envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; (iii) revisão das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo; (iii.i) expectativa de crescimento do volume de transportes relacionados à produção de açúcar, grãos, combustíveis e fertilizantes; (iii.ii) expectativa em relação aos preços de fretes rodoviários futuros; (iii.iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; (iii.iv) realização de stress testing com cenários alternativos de redução dos lucros tributáveis futuros e (iii.v) projeções independentes dos lucros tributáveis futuros ponderando premissas de mercado e outras condições macro econômicas disponíveis na data base da avaliação. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa nº5.10, efetuadas pela Companhia, a origem dos montantes, as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura e de realização de tais tributos diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos e as respectivas divulgações na nota 5.10 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências



adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'LHR', is written over the printed name and registration information.

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC-1PR-057007/O-7

RUMO MALHA CENTRAL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2021

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Central – Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos não ocorreram outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, EY Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, além dos respectivos honorários de auditoria para o exame das demonstrações financeiras das Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T21	4T20	Var. %	12M21	12M20	Var. %
Receita Líquida	70,9	-	n.a.	381,0	-	n.a.
Custos dos serviços prestados	(140,8)	-	n.a.	(376,8)	-	n.a.
Lucro Bruto	(69,9)	-	n.a.	4,2	-	n.a.
Margem Bruta (%)	-99%	-	-98,6 p.p.	1%	-	1,1 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(5,7)	(12,2)	-53,3%	(18,5)	(37,9)	-51,2%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	0,2	(25,5)	-100,8%	(0,4)	(99,1)	-99,6%
Depreciação e Amortização	47,4	25,0	89,6%	147,7	98,2	50,4%
EBITDA	- 28,0	- 12,7	120,5%	133,0	- 38,8	-442,8%
Margem EBITDA (%)	-39,5%	-	-39,5 p.p.	34,9%	-	34,9 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(103,7)	(51,7)	n.a.	(386,5)	(250,9)	54,0%
Imposto de renda e contribuição social	60,8	30,4	100,0%	136,4	131,9	3,4%
Lucro Líquido	(118,3)	(59,0)	100,5%	(264,8)	(256,0)	3,4%

A empresa entrou em fase operacional em 2021, motivo pelo qual não gerou receita no exercício de 2020. Companhia gerou uma receita operacional líquida de R\$ 381,0 milhões em decorrência do volume transportado. O EBITDA foi positivo de R\$ 133,0 milhões, comparado a um EBITDA negativo de R\$ 38,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devido a Companhia estar em fase pré-operacional em 2020 gerando somente despesas no período. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 264,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado a um prejuízo de R\$ 256,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rumo Malha Central S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.583.979	402.775
Títulos e valores mobiliários	5.3	84.412	704.470
Contas a receber de clientes	5.4	39.474	-
Estoques		1.927	1.440
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	2.601
Outros tributos a recuperar		14.097	1.124
Adiantamento a fornecedores		-	8.275
Outros ativos		5.704	5.856
Ativo circulante		1.729.593	1.126.541
Caixa restrito	5.3	20.000	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.10	331.017	194.371
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.989	-
Outros tributos a recuperar		-	36
Depósitos judiciais	5.11	10	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	229.305	-
Imobilizado	5.9.1	1.743.303	887.547
Direito de uso	5.9.2	2.794.987	2.833.355
Intangíveis		1.489	-
Ativo não circulante		5.143.100	3.915.309
Total do ativo		6.872.693	5.041.850

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.5	43.671	207.970
Passivos de arrendamento	5.6	2.206	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	69.593	-
Fornecedores	5.7	213.908	146.234
Ordenados e salários a pagar		7.489	2.347
Imposto de renda e contribuição social correntes		73	113
Outros tributos a pagar		3.417	9.484
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	51.420	41.130
Adiantamento de clientes		8.230	-
Outros passivos financeiros		5.254	20.426
Outras contas a pagar		1.173	-
Passivo circulante		406.434	427.704
Empréstimos e financiamentos	5.5	2.233.238	238.006
Provisão para demandas judiciais	5.11	1.172	-
Passivo de arrendamento	5.6	612.204	491.354
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	1.000.000	1.000.000
Outras contas a pagar		12.095	12.095
Passivo não circulante		3.858.709	1.741.455
Total do passivo		4.265.143	2.169.159
Patrimônio líquido	5.12		
Capital social		3.250.000	3.250.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-445	-
Prejuízos acumulados		-642.005	-377.309
Total do patrimônio líquido		2.607.550	2.872.691
Total do passivo e passivo a patrimônio líqui		6.872.693	5.041.850

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	6.1	381.016	-
Custos dos serviços prestados	6.2	-376.804	-
Lucro bruto		4.212	-
Despesas comerciais	6.2	-1.364	-
Despesas gerais e administrativas	6.2	-17.088	-37.909
Outras despesas operacionais, líquidas	6.3	-367	-99.095
Despesas operacionais		-18.819	-137.004
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		-14.607	-137.004
Despesas financeiras		-385.853	-260.019
Receitas financeiras		66.983	9.070
Variação cambial, líquida		-2.349	-
Derivativos		-65.287	-
Resultado financeiro líquido	6.4	-386.506	-250.949
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-401.113	-387.953
Imposto de renda e contribuição social	5.10		
Diferido		136.417	131.904
		136.417	131.904
Resultado do exercício		-264.696	-256.049
Resultado por ação básico e diluído:	6.5	-0,0592	-0,13066

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	3.250.000	-	-377.309	2.872.691
Resultado do exercício	-	-	-264.696	-264.696
Outros resultados abrangentes:				
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa, líquido	-	-445	-	-445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-445	-264.696	-265.141
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.250.000	-445	-642.005	2.607.550

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia	450.000	-121.260	328.740
Resultado do exercício	-	-256.049	-256.049
Outros resultados abrangentes:			
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-256.049	-256.049
Transações com os acionistas			
Aumento de capital	2.800.000	-	2.800.000
Total das transações com os acionistas	2.800.000	-	2.800.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.250.000	-377.309	2.872.691

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-401.113	-387.953
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		147.706	98.169
Provisão para participações nos resultados e bônus		5.203	454
Provisão de demandas judiciais	6.3	346	-
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber		12	-
Juros e variações monetárias		445.472	254.112
Outros		-9.757	-226
		187.869	-35.444
Variação em:			
Contas a receber de clientes		-29.853	-
Outros tributos, líquidos		-38.408	3.234
Adiantamento de clientes		8.230	-
Estoques		-466	-
Ordenados e salários a pagar		191	-
Fornecedores		69.257	38.363
Adiantamentos a fornecedores		912	-23.475
Provisão para demandas judiciais		-3	-
Outros passivos financeiros		-2.061	7.316
Outros ativos e passivos, líquidos		-6.581	-1.372
		1.218	24.066
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de operacionais		189.087	-11.378
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		623.553	-549.689
Caixa restrito		-20.000	-
Adições ao imobilizado		-933.654	-769.295
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		-330.101	-1.318.984
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos	5.5	2.053.225	436.640
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	5.5	-200.000	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	5.5	-69.300	-3.913
Amortização de principal de passivos de arrendamento	5.6	-30	-2.277.682

Pagamento de juros de passivos de arrendamento	5.6	-1.073	-223.853
Integralização de capital		-	2.800.000
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-301.843	-
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		7.102	-
Pagamento de juros de mútuo		-165.863	-
Captações de mútuo		-	1.000.000
Caixa líquido gerado (utilizados nas) gerado pelas atividades de financiamento		1.322.218	1.731.192
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.181.204	400.830
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		402.775	1.945
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.583.979	402.775

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações fina

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	389.383	-
Outras receitas operacionais, líquidas	1.668	-
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	-12	-
	391.039	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-263.467	-19.714
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-12.009	-3.391
	-275.476	-23.105
Valor adicionado bruto	115.563	-23.105
Retenções		
Depreciação e amortização	-147.706	-98.169
	-147.706	-98.169
Valor adicionado líquido produzido	-32.143	-121.274
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	66.983	9.070
	66.983	9.070
Valor adicionado total a distribuir	34.840	-112.204
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	26.791	12.666
Remuneração direta	20.428	10.143
Benefícios	5.699	1.924
FGTS	664	599
Impostos, taxas e contribuições	-182.847	-129.534
Federais	-151.306	-129.552
Estaduais	-42.112	16
Municipais	10.571	2
Remuneração de capitais de terceiros	455.592	260.713

Juros	453.489	260.019
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	2.103	694
Remuneração de capitais próprios	-264.696	-256.049
Resultado do exercício	-264.696	-256.049
	34.840	-112.204

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Central S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Central”) é uma sociedade por ações brasileira, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados de Tocantins, Goiás e São Paulo.

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100,00% do seu capital. Após a reorganização societária ocorrida em 1 de março de 2021 a controladora final da Companhia passou a ser a Cosan S.A., listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN3).

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Em 28 de março de 2019 a Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”) conduziu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, vencida pela Rumo.

A Companhia foi constituída com o propósito específico de ser a operadora do contrato decorrente da Licitação: a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP.

O contrato de subconcessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019, portanto, com término em maio de 2049, sem direito à prorrogação.

Em fevereiro de 2021 a Companhia iniciou sua fase operacional, inaugurando também o trecho de São Simão/GO a Estrela do D’Oeste /SP.

A Companhia possui obrigações de investimentos com prazo determinado (uns até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573, em 31 de dezembro de 2021, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 65%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

1.3 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia se encontra em fase operacional. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$ 1.323.158, patrimônio líquido de R\$ 2.607.550 e prejuízo do exercício de R\$ 264.696

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada pela Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, que têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 16 de março de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.9.1– Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.10 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.11 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

- **5.8 – Instrumentos financeiros derivativos**

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020
	31/12/2021	31/12/2020	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	84.412	704.470	84.412	704.470
Instrumentos financeiros derivativos	229.305	-	229.305	-
Total	313.717	704.470	313.717	704.470
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	69.593	-	69.593	-
Empréstimos e financiamentos	1.630.285	-	1.630.285	-
Total	1.630.285	-	1.630.285	-

2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 38 e CPC 49 (IFRS 9) – decorrentes da reforma da taxa de juros de referências europeia;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Alteração no CPC 15 (IFRS 3) - a respeito das alterações na estrutura conceitual;
- Alterações no CPC 27(IAS 16) - quanto as receitas antes do uso;
- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de seguros;
- Alterações no CPC 26 (IAS 1) - quanto a classificação de passivos (circulante e não circulante);
- Alteração no CPC 23 (IAS 8) - quanto a mudanças de estimativas contábeis; e
- Alterações no CPC 32(IAS 12) - quanto a tributos diferidos.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, arrendamentos, instrumentos financeiros e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, arrendamentos, , contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	(1.630.286)	-
Derivativos de taxa de câmbio	1.630.286	-
	-	-

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2021, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2021				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	34.911	451.210	867.509	(381.388)	(797.688)
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(34.911)	(451.210)	(867.509)	381.388	797.688
Impactos no resultado do exercício		-	-	-	-	-

O cenário provável utiliza o dólar projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2021	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,5805	5,7000	7,1250	8,5500	4,2750	2,8500

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exposição taxa de juros	31/12/2021				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	175.572	219.465	263.358	131.679	87.786
Títulos e valores mobiliários	9.410	11.763	14.115	7.057	4.705
Caixa restrito	2.286	2.858	3.429	1.715	1.143
Empréstimos e financiamentos	(56.839)	(64.289)	(71.739)	(49.389)	(41.939)
Derivativos de taxas de juros	(209.072)	(255.761)	(302.451)	(162.382)	(115.693)
Passivo de arrendamento	(120.347)	(120.347)	(120.347)	(120.347)	(120.347)
Outros passivos financeiros	(656)	(802)	(949)	(509)	(363)
Impactos no resultado do exercício	(199.646)	(207.113)	(214.584)	(192.176)	(184.708)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	1.583.979	402.775
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	84.412	704.470
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	20.000	-
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	39.474	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	229.305	-
	1.957.170	1.107.245

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é o valor registrado.

- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes a partir da qualidade do crédito do cliente, que é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021
AA	66.370
AAA	1.851.326
Total	1.917.696

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021				31/12/2020	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(47.671)	(21.406)	(90.672)	(2.213.136)	(2.372.885)	(446.712)
Pagáveis a partes relacionadas	(51.420)	-	-	(1.000.000)	(1.051.420)	(1.041.139)
Fornecedores	(213.908)	-	-	-	(213.908)	(146.234)
Outros passivos financeiros	(5.254)	-	-	-	(5.254)	(20.426)
Passivo de arrendamento	(2.206)	(2.206)	(6.618)	(4.680.265)	(4.691.295)	(4.248.492)
Instrumentos financeiros derivativos	(69.593)	(95.134)	(126.197)	450.636	159.712	-
	(390.052)	(118.746)	(223.487)	(7.442.765)	(8.175.050)	(5.903.003)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos		
Outras contas a receber		
Rumo Malha Norte S.A.	420	37
Rumo Malha Paulista S.A.	559	-
Rumo Malha Sul S.A.	8.249	-
Rumo S.A.	93	-
Terminal São Simão	6.797	-
Elevações Portuárias S.A.	22	-
Outros	8	-
	16.148	37
Ativo circulante	16.148	37
Total do ativo	16.148	37
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivos		
Fornecedores		
Rumo Malha Norte S.A.	5.982	35.710
Rumo Malha Sul S.A.	2.142	1.867
Rumo Malha Paulista S.A.	113.947	3.642
Rumo S.A.	2.169	3.882
Raízen S.A.	49.758	1.111
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	1.193	-
Outros	343	566
	175.534	46.778
Mútuos		
Rumo S.A.	51.420	41.130
	51.420	41.130
Passivo circulante	226.954	87.908
Mútuos		
Rumo S.A.	1.000.000	1.000.000
	1.000.000	1.000.000
Passivo não circulante	1.000.000	1.000.000
Total do passivo	1.226.954	1.087.908

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		
Rumo Malha Norte S.A.	11	-
Rumo Malha Paulista S.A.	827	-
Rumo Malha Sul S.A.	39	-
Terminal São Simão S.A.	1.981	-
	2.858	-
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(297)	(22)
Rumo Malha Paulista S.A. (iii)	(116.997)	(520)
Raízen S.A. (i)	(52.858)	(10.975)
Rumo Malha Sul S.A.	(739)	(25)
	(170.891)	(11.542)
Receitas (despesa) compartilhadas (ii)		
Rumo Malha Sul S.A.	(748)	(26)
Rumo Malha Norte S.A.	7.625	(14.705)
Rumo Malha Paulista S.A.	489	(1.278)
Rumo S.A.	(868)	(373)
Elevações Portuárias S.A.	113	(41)
Outros	25	-
	6.636	(16.423)
Resultado financeiro		
Rumo S.A.	(176.153)	41.130
	(176.153)	41.130

- (i) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Raízen S.A e suas controladas, a condições de mercado.
- (ii) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas
- (iii) Se refere a operações de direito de passagem em virtude do início das operações da Malha Central no ano de 2021.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	31.607	28.172
Transações com pagamentos baseados em ações	23.571	5.660
	55.178	33.832

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

4.2 Pandemia de Covid 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto de Covid-19 como uma pandemia global. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil, incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visaram retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como afirmar que novas medidas restritivas não venham a ser implementadas.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020.

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos indicadores de perda por *impairment*.

4.3 Captação de Empréstimos

Em 02 de março de 2021, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$ 300.000, equivalente a R\$ 1.674.960, a uma taxa pré-fixada de 5,25% a.a. com vencimento em janeiro de 2028. O recurso está protegido da variação cambial por meio da contratação de um swap, a um custo de 114,95% do CDI.

A captação teve origem da internalização de recursos mantidos pela Rumo Luxembourg em decorrência da emissão da Senior Notes 2028, que ocorreu em 30 de junho de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.4 Inauguração do Terminal Rio Verde

No dia 27 de julho de 2021 houve a inauguração do Terminal Rodoferroviário Rio Verde, em que a Companhia investiu mais de R\$ 390.000.

O terminal está localizado na cidade de Rio Verde (GO) e possui capacidade de 11 milhões de toneladas de grãos por ano e está ligado aos trilhos da Malha Central que levam até a cidade de São Simão (GO).

4.5 Eventos subsequentes

Para o exercício findo não houve eventos subsequentes.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	84.412	704.470
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	229.305	-
		313.717	704.470
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.583.979	402.775
Contas a receber de clientes	5.4	39.474	-
Caixa restrito	5.3	20.000	-
		1.643.453	402.775
Total		1.957.170	1.107.245

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	5.5	646.624	445.976
Passivo de arrendamento	5.6	614.410	491.354
Fornecedores	5.7	213.908	146.234
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	1.051.420	1.041.130
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		5.254	20.426
		2.531.616	2.145.120
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	69.593	-
Empréstimos e financiamentos	5.5	1.630.285	-
		1.699.878	-
Total		4.231.494	2.145.120

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 5.254 (R\$ 20.426 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações gira em torno de 90 dias.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	35.969	200.690
Aplicações financeiras	1.548.010	202.085
	1.583.979	402.775

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.548.010	202.085
	1.548.010	202.085

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,6% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2021 (102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	83.945	644.167
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	-	56.534
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	467	3.769
	84.412	704.470

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	31/12/2021	31/12/2020
Valores depositados em garantia	20.000	-
	20.000	-

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2021
Cientes terceiros	23.338
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	16.148
	39.486
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(12)
	39.474

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2021
A vencer	23.220
Vencidas	
Até 30 dias	118
De 31 dias até 90 dias	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(12)
	23.326

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Provisões	24
Reversões e baixa	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12

5.5 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2021	31/12/2020	Vencimento final	Objetivo
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
CCB	IPCA	11,08%	646.624	239.067	jan/2048	Aquisição
Loan 4131	CDI		-	206.909	abr/2021	Aquisição
NCE	Pré-fixado 5,25% (iii)	5,25%	1.630.285	-	jan/2028	Aquisição
Total			2.276.909	445.976		
Circulante			43.671	207.970		
Não circulante			2.233.238	238.006		
			2.276.909	445.976		

(iii) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(iv) Dívida com SWAP para 115% do CDI que representa uma taxa média de 5,25% a.a

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021
13 a 24 meses	17.405
25 a 36 meses	19.352
37 a 48 meses	29.644
49 a 60 meses	29.676
61 a 72 meses	29.676
73 a 84 meses	1.641.858
85 a 96 meses	33.263
Acima de 97 meses	432.364
	2.233.238

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2021
Reais (R\$)	646.624
Dólar (US\$)	1.630.285
Total	<u>2.276.909</u>

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Saldo em 01 de janeiro de 2020	-
Captações	436.640
Pagamento de juros	(3.913)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	13.249
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>445.976</u>
Captações	2.053.225
Amortização de principal	(200.000)
Pagamento de juros	(69.300)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	47.008
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.276.909</u>

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 0,60% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 488.382 (R\$ 202.160 em 31 de dezembro de 2020).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 4,45% a.a. (2,78% a.a. em 31 de dezembro 2020) e TJLP de 4,80% a.a. (4,87% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2021 a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 348.937 (R\$ 746.920 em 31 de dezembro de 2020).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,0x$ em dezembro de 2021	2,79
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2021	4,91

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Operacional - Concessões
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.728.930
Apropriação de juros	212.849
Reajuste contratual	51.110
Pagamento de principal	(2.277.682)
Pagamento de juros	(223.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	491.354
Adições	15.108
Apropriação de juros	57.560
Reajuste contratual	46.568
Pagamento de principal	(30)
Transferências	4.923
Pagamento de juros	(1.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.410

A Companhia utilizou a taxa implícita do contrato, de 11,04% a.a., na mensuração dos passivos de arrendamento.

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	889	7
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	81	-
	970	7

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços	164.118	145.141
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	49.786	1.093
Outros	4	-
Total	213.908	146.234
Fornecedores	38.374	99.456
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	175.534	46.778
	213.908	146.234

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

s derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	<i>Nocional</i>	<i>Valor justo</i>
	31/12/2021	31/12/2021
Derivativos de taxa de câmbio e juros		
Contratos de Swap	1.674.960	159.712
	1.674.960	159.712
Ativos		229.305
Passivos		(69.593)
Total de instrumentos contratados		159.712

A Companhia contratou operações de Swap, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Hedge risco de câmbio		Notional	Valor Contábil		Ajuste do valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida						
NCE	USD + 5,3%	(1.674.960)	(1.630.286)	-	65.256	-
Total		(1.674.960)	(1.630.286)	-	65.256	-
Instrumento Derivativos						
Swap de câmbio	BRL + 115% CDI	1.674.960	159.712	-	166.297	-
Total		1.674.960	159.712	-	166.297	-
Total Líquido		-	(1.470.574)	-	231.553	-

5.9 Imobilizado e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa os contratos de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.9.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são reconhecido no resultado quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via Permanente ⁽ⁱ⁾	Obras em andamento	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2020	12.095	-	-	-	-	12.095
Adições	-	-	-	-	875.452	875.452
Transferências	-	-	-	143	(143)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	12.095	-	-	143	875.309	887.547
Adições	-	-	1	-	905.906	905.907
Baixas	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Transferências ⁽ⁱ⁾	236.614	155.937	737.217	219.808	(1.351.195)	(1.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	248.709	155.937	736.218	219.951	430.020	1.790.835
Depreciação:						
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	-	-	-	-	-
Adições	(2.994)	(5.158)	(20.659)	(18.718)	-	(47.529)
Baixas	-	-	(3)	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.994)	(5.158)	(20.662)	(18.718)	-	(47.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.095	-	-	143	875.309	887.547
Saldo em 31 de dezembro de 2021	245.715	150.779	715.556	201.233	430.020	1.743.303

(i) Efeito da transferência de licença de software no intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 41.576 (R\$ 10.632 em 31 de dezembro de 2020), utilizando uma taxa de média de 11,81% a.a (8,40% a.a em 31 de dezembro de 2020) para capitalizar os custos dos empréstimos.

5.9.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Infraestrutura ferroviária
Valor de custo:	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.916.809
Adições	4.149
Reajuste contratual	51.110
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.972.068
Adições	15.109
Reajuste contratual	46.568
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.033.745
Amortização:	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(40.544)
Adições	(98.169)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(138.713)
Adições	(100.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(238.758)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.833.355
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.794.987

5.10 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(401.113)	(387.953)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	136.379	131.904
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Outros	38	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	136.417	131.904
Taxa efetiva	34,01%	34,00%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	112.667	-
Base negativa de contribuição social	40.560	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	399	-
Resultado não realizado com derivativos	45.038	-
Provisão para participação nos resultados	1.412	-
Diferenças temporárias sobre outras provisões	1.420	-
Variação cambial da dívida	107	-
Despesas diferidas	168.441	194.371
Outros	248	-
Tributos diferidos - Ativos	370.292	194.371
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Ajuste valor justo da dívida	(22.187)	-
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(4.061)	-
Outros	(13.027)	-
Tributos diferidos - Passivos	(39.275)	-
Total de tributos diferidos	331.017	194.371
Diferido ativo	331.017	194.371

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2021:

	Diferido ativo
2022	44.469
2023	41.649
2024	41.649
2025	41.649
2026	3.847
2027 a 2030	10.903
2031 a 2039	82.752
2040 a 2050	64.099
Total	<u>331.017</u>

d) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2020	62.467
Resultado	131.904
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>194.371</u>
Resultado	136.310
Diferido sobre hedge accounting de fluxo de caixa	336
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>331.017</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(i) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Outros	Resultado não realizado com derivativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	59.158	-	59.158
(Cobrado) / creditado	-	-	-	135.214	-	135.214
do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	-	-	194.372	-	194.372
(Cobrado) / creditado	-	-	-	-	-	-
do resultado do período	153.227	1.412	1.818	(13.026)	44.809	188.240
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	153.227	1.412	1.818	181.346	44.809	382.612

ii. Impostos diferidos passivos

	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	-
(Cobrado) / creditado	-	-	-	-
do resultado do exercício	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	-	-	-
(Cobrado) / creditado	-	-	-	-
do resultado do exercício	(4.061)	(22.187)	(25.682)	(51.930)
dos resultados abrangentes	-	229	-	229
dos resultados abrangentes	-	-	107	107
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.061)	(21.958)	(25.575)	(51.594)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.172	-
	1.172	-

	Depósitos judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	10	-
	10	-

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Cíveis, regulatórias e ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Provisionados no exercício	343	343
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	829	829
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.172	1.172

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis ⁽ⁱ⁾	663	
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	2.832	
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	179	
	3.674	-

(i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.

(ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	31/12/2021	31/12/2020
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	909	-
	909	-

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.12 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.10 - Imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.250.000, constituído por 4.470.908.744 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	<u>Ações ordinárias</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Acionistas		
Rumo S.A.	4.470.908.744	100%

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir, é apresentada uma abertura da receita da Companhia:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na venda de serviços	389.383	-
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(8.367)	-
Receita operacional líquida	381.016	-

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2021	31/12/2020
Transporte de carga e acessórios	381.016	-
Receita operacional líquida	381.016	-

6.2 Despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Material de uso e consumo	(6.308)	(2.339)
Despesa com pessoal	(30.061)	(14.930)
Depreciação e amortização	(147.706)	-
Despesas com serviços de terceiros	(12.870)	(5.083)
Despesas com transporte e elevação	(175.494)	-
Outras despesas ⁽ⁱ⁾	(22.817)	(15.557)
	(395.256)	(37.909)
Custo dos serviços prestados	(376.804)	-
Despesas comerciais	(1.364)	-
Despesas gerais e administrativas	(17.088)	(37.909)
	(395.256)	(37.909)

(i) No saldo demonstrado 10,2MM são referente a despesas com taxas e impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras despesas, líquidas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Efeito líquido das demandas judiciais	(346)	-
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	244	-
Amortização do direito de uso ⁽ⁱ⁾	-	(98.169)
Outros	(265)	(926)
	<u>(367)</u>	<u>(99.095)</u>

- (i) Devido a Malha Central ter iniciado suas operações durante o trimestre findo em 31 de março de 2021 a depreciação dos ativos de direito de uso passou a ser reconhecidos como custos dos serviços prestados (Nota 6.2).

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(47.173)	(12.544)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(2.284)	-
Resultado com derivativos e valor justo	(131.432)	-
Amortização dos gastos de captação	(71.269)	(2.753)
Fianças e garantias sobre dívidas	(3.029)	(473)
	(255.187)	(15.770)
Rendimentos de aplicações financeiras	66.781	9.070
	66.781	9.070
Custo da dívida, líquida	(188.406)	(6.700)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	201	-
Arrendamento e concessão	(1.211)	-
Passivos de arrendamento	(57.560)	(212.849)
Despesas bancárias e outros	(349)	(479)
Variação cambial e derivativos	(65)	-
Juros de empréstimo capitalizados	40.984	10.632
Juros sobre mútuos	(176.153)	(41.130)
Outros encargos e juros	(3.947)	(423)
	(198.100)	(244.249)
Resultado financeiro, líquido	(386.506)	(250.949)
Despesas financeiras	(319.708)	(260.019)
Receitas financeiras	66.983	9.070
Variação cambial	(2.349)	-
Derivativos	(131.432)	-
Resultado financeiro, líquido	(386.506)	(250.949)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(264.696)	(256.049)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	4.470.909	1.959.629
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	<u>(0,05920)</u>	<u>(0,13066)</u>